

Orçamento é prioridade na pauta da semana

Por Fabio Graner | De Brasília

Depois de tratar de privatizações, Previdência e da agenda de ajuste fiscal, o governo de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro, deve ter na próxima semana como uma das prioridades a discussão do Orçamento de 2019, em tramitação no Congresso Nacional. Ainda não há data, mas Paulo Guedes deve se reunir com o ministro do Planejamento, Esteves Colnago. No nível técnico, já ocorreram conversas na sexta-feira e novas rodadas estão previstas também nesta semana para discutir o desenho da lei orçamentária que tem que ser votada pelo Congresso Nacional até o fim do ano, incluindo a possibilidade de adaptá-la ao desenho de uma estrutura ministerial mais enxuta, como prometido por Bolsonaro e Guedes.

Um documento preliminar com uma sugestão de texto legal para o superministério da economia já foi entregue à equipe de transição, segundo apurou o Valor. Nessa versão, a pasta que fundiria Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio conteria, além de um ministro (Paulo Guedes) e um secretário-executivo, três secretários especiais, que representariam cada pasta e pouco mais de 15 secretarias, algumas delas decorrentes de fusão de estruturas

semelhantes, como as áreas internacionais de Fazenda e Planejamento.

Há, tanto no governo quanto na equipe de transição, quem defenda a tese de que o ideal seria que o governo atual mandasse uma medida provisória com a nova estrutura para permitir que o texto orçamentário a ser finalizado no Congresso já contemple a reforma administrativa. Caso isso não seja feito, o novo governo teria dificuldades operacionais nos primeiros meses do ano, com certa insegurança jurídica porque dependeria não só de um texto legal para a nova estrutura, mas da aprovação de um PLN (projeto que altera o Orçamento) para poder alocar os recursos orçamentários em adequação com a nova estrutura administrativa.

Em relação aos aspectos econômicos do Orçamento, alguns tópicos inevitavelmente deverão ser discutidos por Guedes. Um deles é a alocação dos R\$ 4,7 bilhões relativos ao adiamento para 2020 do reajuste dos servidores. Como a MP está em vigor, os parlamentares podem realocar para outras despesas discricionárias esse dinheiro que estava destinado a gastos com pessoal.

Seria de interesse do novo governo discutir o direcionamento desses recursos conforme sua visão

política. Há alternativas como economizar, melhorando o resultado primário, ou ampliar os parques investimentos públicos em projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outro tema é a Eletrobras. O projeto de Orçamento considera essa receita de R\$ 12,2 bilhões para o próximo ano, mas o presidente eleito disse que não privatizaria a empresa, a despeito da vontade de seu indicado a ministro da Fazenda. Mantida a decisão de Bolsonaro, esse recurso tem que sair da peça orçamentária. Isso poderia ser feito já, reduzindo o espaço para outras despesas, ou a questão pode ficar em aberto e deixar para que Guedes contingencie o recurso no início do ano que vem, no primeiro decreto de programação orçamentária e financeira.

Outro tema sobre o qual o futuro ministro precisará se debruçar é a definição dos recursos do crédito extraordinário a ser pedido para o cumprimento da regra de ouro, que estão vinculados ao Bolsa Família. Uma alternativa é associar esse crédito a gastos com funcionalismo. O problema é que algumas categorias têm seus vencimentos vinculados a algumas receitas e, portanto, não poderão ser associados a esse pedido de crédito.

Joaquim Levy deve presidir o BNDES

Por Claudia Safatle e Edna Simão
| Brasília

É praticamente certa a ida do economista e ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, atualmente diretor financeiro do Banco Mundial, para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Ele entra no lugar de Dyogo Oliveira. Para oficializar o nome de Levy, no entanto, Bolsonaro aguarda algumas acomodações políticas: precisa vencer resistências de sua base de militância nas redes sociais.

A argumentação é que Levy foi ministro da Fazenda no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e secretário de Fazenda do Rio no governo de Sérgio Cabral. Levy ocupou ainda o cargo de secretário do Tesouro Nacional entre 2003 e 2006. Antes de tornar-se ministro, em 2014, Levy estava na iniciativa privada, como chefe da Bradesco Asset Management. Nascido em 1961, no Rio, ele é formado em Engenharia Naval e tem Doutorado em Economia pela Universidade de Chicago, a mesma por onde passou o futuro superministro da Economia, Paulo Guedes, e que é conhecida por seu viés bastante liberal na economia.

Levy comandou a pasta da Fazenda no primeiro ano da segunda gestão de Dilma Rousseff. Propôs uma série de medidas para um amplo ajuste fiscal e iniciou a redução dos subsídios concedidos nos créditos do BNDES, inchados por cerca de R\$ 500 bilhões de empréstimos do Tesouro para financiar, sobretudo, o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI). Ainda na transição, em 2014, Levy aumentou a TJLP, juros cobrados nos financiamentos do BNDES, e que estavam bem abaixo da taxa Selic, configurando uma conta de subsídios pesada.

Em 2015, o BNDES devolveu R\$ 30 bilhões ao Tesouro. Nos anos seguintes, já com Henrique Meirelles na Fazenda, a devolução foi acelerada e crucial para o cumprimento da regra de ouro da política fiscal, que proíbe que as operações de crédito da União superem as despesas de capital. O BNDES tem, hoje, uma programação para devolução ao Tesouro Nacional.

Na condução da Secretaria de Fazenda do Rio, a marca de Levy foi também um forte ajuste fiscal nas contas do governo, depois novamente deterioradas. Levy havia sido sondado oficialmente logo que o novo governo iniciou o processo de transição.

Crescem orçamento e gastos das Forças Armadas

Por Edna Simão, Fabio Graner e Ribamar Oliveira | De Brasília

Um dos temas prioritários para o presidente eleito Jair Bolsonaro, as Forças Armadas tiveram aumento nominal nos recursos orçamentários disponíveis nos últimos anos, mas essa expansão tem sido consumida pelo incremento dos gastos com salários, "aposentadorias" e pensões. A principal consequência disso, em especial nesse momento de restrição fiscal, é a limitação dos investimentos da área, que têm que ocorrer em ritmo mais lento do que desejam as Forças.

Apesar de os recursos destinados não serem suficientes para atender toda a demanda de investimentos, o Ministério da Defesa pode fechar o ano com o maior volume de investimentos executados na Esplanada. Avaliações de bastidores apontam que a situação "não é um apocalipse" e que "nada foi paralisado", apenas houve necessidade de os órgãos revisarem seus contratos e prazos de execução, tornando-os mais alongados para se ajustar à realidade fiscal.

Levantamento feito pela consultoria de orçamento da Câmara dos Deputados mostra que para este ano do orçamento de R\$ 101,9 bilhões, R\$ 76 bilhões (74,5%) seriam destinados para

pagamento de gasto com pessoal e encargos sociais e R\$ 7,7 bilhões para investimentos (7,5%). O restante, ou equivalente a R\$ 18,2 bilhões (18%), seria direcionado, principalmente, ao custeio da máquina, além de pagamento de dívidas e reserva de contingência. Até o dia 29 de outubro, foram pagos R\$ 67,2 bilhões, sendo que R\$ 55,3 bilhões de pessoal e encargos, R\$ 2,3 bilhões de investimentos, R\$ 7,170 bilhões de custeio e R\$ 2,4 bilhões de inversões financeiras, amortização de dívidas e pagamento de juro e encargos dos débitos.

No ano passado, o orçamento do Ministério da Defesa foi de R\$ 94,987 bilhões, sendo que R\$ 87,625 bilhões foram pagos. Deste valor pago, R\$ 70,736 bilhões foram para pagamento de pessoal e R\$ 5,884 bilhões para investimentos. Em 2014, o desempenho do investimento da Forças Armadas foi de R\$ 4,791 bilhões de um orçamento de R\$ 70,877 bilhões, considerando os valores pagos.

Segundo fonte ouvida pelo Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor, entre os anos 2015 e 2016, houve uma redução do orçamento e pagamento de investimento devido à crise e a forte restrição fiscal em que praticamente todos os ministérios tiveram recursos cortados. No ano passado, houve recuperação, o que continuou neste

ano.

No início dos últimos anos, o orçamento da Defesa tem sofrido cortes, mas as Forças têm conseguido recompor esses bloqueios, aproveitando-se do empoçamento de recursos em outros órgãos da administração federal. Neste ano, por exemplo, o recurso contingenciado no início de 2018 estavam integralmente desbloqueado em setembro. "Não tem empoçamento de recursos aqui", ressaltou uma fonte.

Para 2019, o presidente eleito Jair Bolsonaro deve contar com o mesmo orçamento para despesas discricionárias (custeio e investimento) que este ano. A lei orçamentária de 2018 previa R\$ 11,8 bilhões para as despesas discricionárias (custeio e investimento que podem ser alocados livremente pelos gestores) da pasta. Do total, Temer se propôs a liberar R\$ 11,6 bilhões - a redução, portanto, é insignificante.

Um técnico do governo reconheceu que nos últimos anos o acréscimo do orçamento esteve concentrado para pagamento de despesa obrigatória (auxílio-alimentação, creche, saúde e "aposentadorias" e pensões), que atualmente consome cerca de 75% do total de recursos disponíveis para o Ministério da Defesa. O restante vai para investimento e custeio da





máquina. Neste ano, esses gastos foram pressionados pelo reajuste de cerca de 5% dos salários dos servidores. No caso do investimento, em valores corrigidos pela inflação, só teve redução recentemente, devido à crise fiscal.

Para este ano, o Ministério da Defesa demandou R\$ 6 bilhões para investimentos em programas estratégicos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e foi atendido em R\$ 4,5 bilhões. O valor inicial deve ser reforçado com crédito extraordinário que está em tramitação no Congresso Nacional. Para o orçamento de 2019, o pedido foi renovado e o cenário se repetiu, com menos recursos do que o solicitado.

Uma das preocupações é que, do jeito que está nesse momento, faltarão recursos para a aquisição de helicópteros H-X-BR, junto à empresa Helibras. A demanda para esse projeto no próximo ano é de 242 milhões. Esse quadro, se não for revertido, enseja o risco inclusive demissão de funcionários da empresa, dado que muitos estão contratados por conta desse projeto.

Outro programa que os militares

lutam para reforçar o orçamento é o Pró-Sub, de submarinos, que demanda R\$ 500 milhões. Nos bastidores, as Forças ainda acreditam que podem ampliar sua disponibilidade de recursos em 2019 para esses dois projetos prioritários por meio de negociações com o Congresso Nacional.

Pelo Orçamento de 2018, um dos programas prioritários das Forças Armadas do Brasil (FAB), a aquisição de cargueiro KC 390 tem um orçamento de R\$ 655 milhões (incluindo o crédito adicional de R\$ 289,9 milhões), sendo que já foram pagos R\$ 217,3 milhões. Em 2017, esse programa teve um recurso de R\$ 410,454 milhões.

A construção de submarino para propulsão nuclear terá neste ano um orçamento de R\$ 195,1 milhões, sendo que R\$ 108,2 milhões foram pagos. Em 2017, esse projeto teve um orçamento de R\$ 364,6 milhões, sendo que R\$ 302,3 milhões. No que diz respeito ao programa de construção de submarinos convencionais, neste ano, o orçamento é de R\$ 616 milhões sendo que R\$ 393,3 milhões foram pagos.

O consultor de orçamento da Câmara dos Deputados Fidélis Fantin explicou que a execução dos recursos da Defesa normalmente é alta ao contrário de alguns outros ministérios. Porém, o sucessivo aumento da despesa com aposentadorias e pensões e salários impede uma ampliação dos investimentos em cenário de restrição fiscal. Do gasto com pessoa, segundo ele, praticamente 2/3 é com inativos.

Uma das formas de reduzir os gastos com inativos é a criação de um regime de previdência para os militares. Por enquanto, ainda há dúvidas sobre se o presidente eleito, Jair Bolsonaro, vai incluir o assunto no debate em torno da Reforma da Previdência.

A proposta da equipe do presidente Michel Temer, em tramitação na Câmara, deixa de fora os militares. A proposta de reforma feita por um grupo de economistas, coordenada pelo ex-presidente do Banco Central (BC) Armínio Fraga sugere a criação de um regime próprio para os militares. Não haveria idade mínima, mas a aposentadoria seria proporcional ao tempo de contribuição.

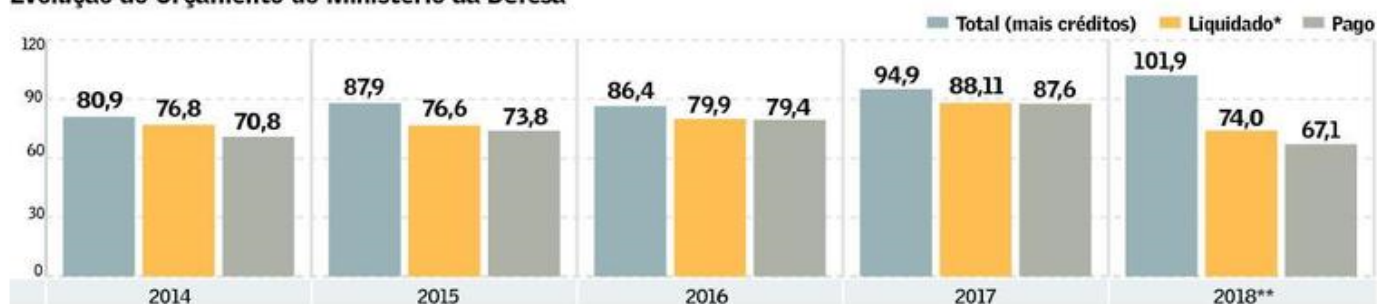




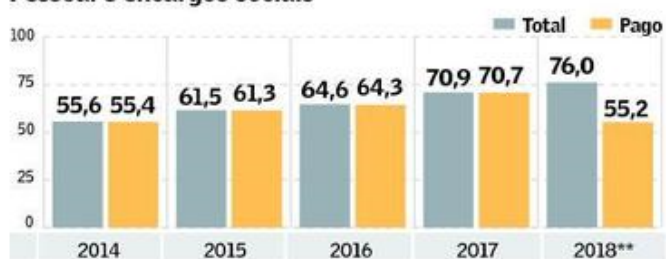
Investimento comprometido

Orçamento cresce, assim como gastos com ativos e inativos - em R\$ bilhões

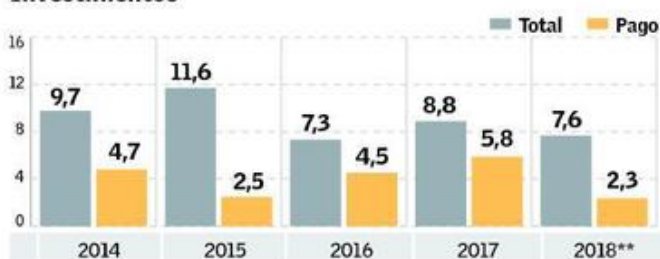
Evolução do Orçamento do Ministério da Defesa



Pessoal e encargos sociais



Investimentos



Fonte: Siafi/STN. Elaboração: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. * Nem todo orçamento liquidado é pago no mesmo ano. Quando isso ocorre, essa despesa tem o pagamento transferido para o exercício seguinte como restos a pagar. ** dados acumulados até 29 de outubro de 2018

Se 'centro radical' for recauchutagem para 2022 não faz sentido

Por Malu Delgado | De São Paulo



Para cientista político, saída de FHC do PSDB não passará despercebida: "Se ficar, é porque tem convergência".

O Brasil chegou ao fim de um ciclo político e econômico iniciado com a redemocratização, o que foi evidenciado pela eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência, observa o cientista político Sergio Fausto, superintendente-executivo da Fundação FHC.

Com base neste diagnóstico, e definindo-se como observador, e não como formulador, Fausto antecipou ao Valor em que consiste o movimento que corre a todo vapor nos bastidores para formação de um "centro radical".

O nome foi autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o radical do termo é exatamente "para fazer o contraponto de algo que se define por uma geometria que não é uma coisa nem outra". Esse centro, que ainda não tem cara e nem se sabe se

poderá de fato vir a ser um partido, já tem ao menos agenda clara: se aglutina em torno da defesa de solvência do Estado brasileiro com inclusão social. É um centro, explica o cientista político, que rejeita o descaso da agenda ultra-liberal com os indivíduos. "O que me vem à cabeça é o I care about you", explica.

Nas entrelinhas, ele praticamente admite a saída de FHC do PSDB, mas explica que é preciso haver roteiro bem definido para tal desfecho. A ideia é que o novo comando do PSDB, certamente encabeçado por João Doria, governador eleito de São Paulo, deixe claro a envergadura à direita, abrindo o caminho para que os tucanos históricos digam abertamente por que não mais se sentem à vontade naquele ninho.

Sobre a presença de Ciro Gomes (PDT) no centro radical, Fausto acha uma costura complexa, pelo personalismo do personagem. Se Fernando Haddad (PT) caberia no centro, o dilema é muito mais pessoal, mas o perfil do petista é bem assimilado. A única certeza, por ora, é que este movimento não pode antecipar uma candidatura para 2022. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Essa eleição simbolizou a ruptura do processo da redemocratização, nos últimos 30 anos?*

Sergio Fausto: Acho exagerados os temores e a percepção de risco de ruptura da ordem constitucional. Mas, de fato, é o fim de um ciclo. A rigor, o sistema partidário que se organizou durante a redemocratização, que teve vigência plena entre 1994 e 2002 - um grupo de cinco a sete partidos de fato relevantes, sendo os maiores deles PT e PSDB, e, dentro do Congresso, PMDB e PFL - isso se esfarelou. E acabou o ciclo de expansão do gasto público. Nesses 30 anos, o gasto público sobe sistematicamente acima do crescimento do PIB. Foi possível financiar isso com aumento da carga tributária, do endividamento público e, durante um período, com a situação internacional favorável. Essa forma de financiar o Estado acabou; uma situação fiscal limite.

Valor: *Crê no fim deste ciclo?*

Sergio Fausto: Sem dúvida. É preciso reconhecer que o País cresceu pouco neste período e que isso tem a ver com a forma de financiamento do Estado. Repetir essa forma é inviável e se forcarmos a mão, ou vamos para a volta da inflação ou para o calote da dívida pública. Outra coisa que mudou brutalmente é a forma como se dá a vida política e a competição política. Isso vai obrigar a reinvenção dos partidos políticos.

Valor: *Apesar de todo o desgaste do PT, o candidato*





oficializado no dia 11 de setembro terminou o segundo turno com 47 milhões de votos. O que explica o poder do PT?

Sergio Fausto: A figura do ex-presidente Lula é enraizada na sociedade, polariza. Ele é mais do que uma referência política racional, há forte sentimento de adesão a Lula. Ao mesmo tempo em que isso permitiu ao Haddad ir ao segundo turno, foi obstáculo para que ele pudesse alargar a votação e vencer. A figura de Lula, ao mesmo tempo em que funciona como alavanca, pesa como âncora. Haddad ficou num dilema absolutamente insuperável, uma espécie de tragédia grega. Francamente, o PT não parece preparado para o pós-Lula. Tem dificuldade imensa de se reciclar porque não consegue digerir o seu passado.

Valor: Digerir num sentido crítico, de autoavaliação?

Sergio Fausto: É quase psicanalítico, a velha história freudiana que para você crescer, simbolicamente precisa matar o pai. Não é perder o amor, o apreço e o reconhecimento da importância do pai, mas é ganhar distância dele e dizer: eu sou outra coisa. E o PT me parece inteiramente preso ao passado e a esse totem, que é o Lula, hoje imobilizado. O problema é que esse totem é o polo de unidade, o denominador comum político-afetivo.

Valor: Então nem com muito divã Haddad mataria o pai?

Sergio Fausto: Acredito eu que

ele fez o possível para ampliar o raio de manobra, para ser mais Fernando e menos advogado do Lula. Ele recebeu uma procuração de poderes muito limitados.

No Brasil, o presidencialismo de coalizão está em xeque, mas é o único software que permitiu o sistema funcionar

Valor: Com esse divisor de águas do sistema político, o que é o centro radical proposto pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?

Sergio Fausto: Há mudanças e há elementos de continuidade. O próprio presidente eleito reconhece que sem uma coalizão no Congresso, que se construa em torno de partidos, terá muita dificuldade de governar. Portanto, o presidencialismo de coalizão no Brasil está em xeque, está em crise, mas é o único software que permite o sistema funcionar. Há maneiras distintas de operar esse software, há espaços para cada governo imprimir a sua característica. Agora, dentro de certos limites. Não dá para se governar com base no apoio de bancadas que se organizam em torno de temas específicos. Questões como previdência são gerais. Ninguém organiza maioria com base em bancadas setoriais.

Valor: A eleição também deixou muito evidente a falta de identidade da centro-direita, sobretudo com a crise do PSDB. Vai haver cisão?

Sergio Fausto: Uma das

vantagens da vitória do Bolsonaro é que ficará claro que dizer que o PSDB é um partido de direita era um artifício retórico do PT.

Valor: Mas com João Doria, o PSDB não penderá à direita?

Sergio Fausto: Essa discussão era mais importante no passado do que é agora. É possível o PSDB ser uma parte importante deste centro radical, para usar a expressão do presidente Fernando Henrique. Sejam realistas: na política, manda quem tem voto. As forças que ganharam dentro do PSDB naturalmente farão o partido caminhar mais à direita. E aí o jogo é basicamente no campo da direita, com uma alternativa ao bolsonarismo, na hipótese de o governo Bolsonaro não se sair bem. Passa a ser um jogo, creio eu, de um partido que vai estreitar relações ou afastá-las em função de um cálculo político que tem a ver com as chances eleitorais de Bolsonaro em 2022. O PSDB se deslocou para o campo da direita. Dizer que é caudatário do bolsonarismo não é verdade, mas não me parece que o PSDB possa ter protagonismo na formação de um centro radical por conta do que deveria caracterizar o centro radical.

Valor: E o que deve caracterizar esse "centro radical"?

Sergio Fausto: A orientação política mais geral: não tenho a menor dúvida de que temos que fazer ajuste fiscal. A situação fiscal é dramática, o efeito distributivo disso é muito ruim. Em português claro: os pobres





pagarão uma conta enorme pela não realização do ajuste. É demagogia dizer que o país possa fazer ajuste deste tamanho sem perdas. Todos perderão. A questão é quem perde mais e menos. O centro radical tem que associar ajuste fiscal com justiça distributiva.

Valor: Esta seria a ideia central desta aglutinação de centro?

Sergio Fausto: Isso é muito incipiente e agora não é o momento de ficar discutindo qual é o formato partidário, se conjunto de partidos... É hora de pensar em torno do que faz sentido se unir. E não pode ser uma discussão abstrata. Não é clube para tertúlias literofilosóficas. É dizer o que pensa dos desafios do país. É ajuste fiscal com critério de justiça distributiva, para valer. Significa que é estrutural, que vai ter que mudar a composição do gasto público. Vai ter que fazer privatizações para valer, para abater dívidas e estancar a sangria de estatais dependentes do Tesouro. A agenda de centro radical é favorável à privatização da Eletrobrás, é favorável a de fato romper o monopólio da Petrobrás na área de refino, é inteiramente contrária a qualquer possibilidade de retorno de uma política industrial à la Dilma. É uma agenda para enterrar de vez o nacional desenvolvimentismo, sem dó nem piedade. Não gastemos vela com mau defunto. Os interesses da maioria não estão na preservação de privilégios das corporações estatais. Esse foi um dos grandes erros do PT.

Valor: E isso não poderá ressuscitar a pecha do

neoliberalismo, que por questão ideológica interdita debates políticos no Brasil?

Sergio Fausto: Na economia a agenda é liberal sim. Sem receio. Tome-se o caso de monopólios estatais: é para virar essa página da história que começou a ser virada no governo FHC e o PT representou imenso retrocesso. O PT esvaziou as agências e as politizou, engatou marcha à ré com a reemergência das estatais como atores fundamentais.

Valor: O caminho para se diferenciar da direita seria então a noção de justiça distributiva?

Sergio Fausto: Esse é o conceito central. Política de identidade é tema importante, mas, com toda franqueza, o centro da discussão política no Brasil é o que vamos fazer com o Estado brasileiro para preservar a sua solvência e colocá-lo em favor das maiorias. Vamos entrar num momento de imenso progresso tecnológico. O Brasil não pode perder essa onda. Agora, engatar no trem da modernização tecnológica pode criar amplos setores marginalizados do processo produtivo e não dá para simplesmente dizer: dane-se, isso é o custo da modernização. Não é ter essa visão ultra-liberal do processo. A palavra que me vem é "Eu me importo com você", "I care about you". Tenho solidariedade por você, porque a sociedade não é simplesmente um ajuntamento de indivíduos guiados por interesses econômicos. Ela é uma comunidade, que tem ligações entre si. Isso depende de políticas públicas, e preservar isso é fundamental para o

bem-estar social. O centro radical tem que ter a preocupação de incluir.

Valor: FHC falou em ampliar a aglutinação de forças do centro para além de partidos, unindo-o a movimentos inovadores. Seria por aí?

Sergio Fausto: Vejo que sim. É um processo natural de aprendizado democrático muito interessante, o reconhecimento de atores novos. A sociedade civil no período da redemocratização era organizada, institucionalizada, tinha CEP, CNJP, era a OAB, a ABI, a Igreja Católica. Hoje em dia estes atores são caracterizados por uma certa dispersão e desorganização, e há formas novas de aglutinação. Exemplos concretos: RenovaBR, RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade). É uma nova forma de atuação da elite brasileira, inclusive empresarial, na política, muito melhor e saudável. Isso fomenta não apenas alianças transpartidárias, mas permite a emergência de novos líderes cívicos que vão entrando na política.

Centro radical deve ter agenda de ajuste fiscal, privatização da Eletrobrás e fim do monopólio da Petrobras na área de refino

Valor: Mas se são movimentos encabeçados pela elite, o centro radical, a médio prazo, caso vire novo partido, não corre o risco de perder penetração social, como o PSDB?





Sergio Fausto: A política tem sempre uma tensão, entre o horizontal e o vertical. Esse é o risco do personalismo. Agora, quão mais horizontal for, melhor. É o momento de discussão de ideias e formas de atuação, sem que haja o protagonismo de um, dois ou três. E menos ainda pré-figurações de candidatos para 2022.

Valor: Mas não é provável que o debate sobre 2022 surja?

Sergio Fausto: Uma das vantagens de perder é que você tem algum tempo de se reposicionar. É gastar uma energia importante na reconstrução de um centro novo. Novo do ponto de vista de agenda, sem inventar a roda.

Valor: Se essa aglutinação de centro envolver a old school da política e novos nomes, como do RenovaBR, não vão despontar nomes para 2022, como Luciano Huck?

Sergio Fausto: Só me cabe esperar sabedoria e capacidade de autorrestrrição dos vários personagens envolvidos para entender que, se for simplesmente uma espécie de recauchutagem [para 2022], não faz o menor sentido. Aí de fato é melhor cada um ficar na sua casinha partidária. Se é para se desacomodar de onde está para ir em busca de um lugar que ainda não está construído, é para, de fato, construir alguma coisa que seja inspiradora. Isso não significa desprezar o aprendizado e a experiência de figuras que fizeram história na política brasileira.

Valor: Sabe-se que estas conversas já estão ocorrendo. Como isso pode, de fato, ser viabilizado?

Sergio Fausto: Sou observador, até como expressão de desejo. Isso vai implicar algo que não é simples, que é ao mesmo tempo fazer o diálogo interno aos partidos de origem de cada qual e um diálogo no meio de campo, entre este eventual espaço de interseção dos partidos. No caso do PSDB, esse processo de mudança natural, na executiva, será uma oportunidade para discutir.

Valor: Para ficar claro quem quer sair da sua casinha partidária?

Sergio Fausto: Sim [risos]. Precisa explicar ao distinto público por que está saindo, se é que é o caso de sair. Pode-se chegar à conclusão que não é o caso de sair. O problema é explicar para as pessoas por que você está saindo e por que você está ficando. Isso vai acontecer de maneira central no PSDB. Não será simplesmente troca de guardas.

Valor: Até porque se FHC deixar o PSDB isso será um fato histórico.

Sergio Fausto: Não passará despercebido [risos]. Acho, de fato, que este processo vai acontecer. É natural, é salutar. A qualidade do processo que é importante assegurar. Que seja menos uma disputa de cotas de poder, mas de visões. Se ficar é porque tem convergência, se sair é porque tem divergência. Isso

acontecerá também na Rede e no PPS, talvez no MDB, com Paulo Hartung se desligando da sigla. Duas questões estruturais: alguém saberá fazer a gestão disso, mas a primeira coisa é dizer onde erramos. Por que deu ruim? E, depois, para onde vamos e como vamos? De que modo vamos fazer essa caminhada? Aí lá na frente você vai ter mais clareza deste conjunto de forças.

Valor: E com quais pessoas?

Sergio Fausto: Pessoas é algo mais para a frente. Tem um conjunto de forças? Que formato vai ganhar? Quantos partidos? Novos partidos, velhos, fusões? Isso vai ter que esperar. E, muito mais lá para a frente, coisa para começar a pensar daqui dois anos, pensar em torno de que pessoas a proposta pode encarnar.

Valor: Pensar em 2022 em 2020.

Sergio Fausto: Inverter isso é o risco que a oposição em torno do Ciro corre. Ciro é uma figura política maior, personalista. Tem certa visão do Estado e ele é o condutor desta política. A maneira pela qual ele procura cativar o eleitorado é dizer: eu não me submeto a esses arranjos, eu sei, eu tenho experiência. É na primeira pessoa do singular. É talentoso, mais na cena aberta que no bastidor.

Valor: Ciro cabe neste centro?

Sergio Fausto: Na vida democrática você tem que dar o benefício da dúvida e deixar o espaço aberto para conversar. Ciro,





há 20 anos, quando o PSDB se aproximou do PFL e começaram as negociações e havia críticas, soltou uma frase: "O que pega é catapora". Não tem nenhum problema testar a hipótese de haver convergência. Agora, o personalismo do Ciro, pelos defeitos e pelas virtudes, pode vir a se revelar um obstáculo. Precisamos evitar essa ideia de que será possível no Brasil a criação de um bloco hegemônico que dá as cartas.

Valor: E Fernando Haddad?

Sergio Fausto: Haddad terá tão mais liberdade política quão mais afastado estiver do PT. Será um dilema individual. Acho que este governo Bolsonaro não será um desastre, não devemos apostar nisso. Não significa alinhar. O que é criticável no movimento que o Doria tem feito é que antes que o governo apresente suas propostas, ele dá sinais claros de alinhamento estreito. É um equívoco. O PSDB ou os partidos que perderam têm que estar na oposição. Não pode ser a

oposição tal como o PT a exerceu desde a sua criação.

Valor: Crê numa frente de centro-esquerda, com Ciro e Marina?

Sergio Fausto: Marina não sei. A vejo mais próxima do centro radical, até porque acho que ele tem que incorporar a temática ambiental. Temos que reconhecer que esse centro, do ponto de vista organizacional, parte muito débil. Perdeu a eleição, está de escanteio nos seus partidos, ou os partidos são pequenos. O fato é o seguinte: se o centro se estrutura e ganha uma cara, isso obriga o Ciro a se deslocar à esquerda. A força política tem a ver com a definição do terreno da disputa. Se isso aqui ficar amorfo, o Ciro balança da esquerda para o centro e ali constrói sua força. Do ponto de vista do centro, é estreitar esse espaço de manobra do Ciro. Não é hostilizá-lo. É dizer: aqui tem uma risca de giz. Nisso aqui você não consegue entrar. Então você tem que ficar mais pra lá mesmo.

Alckmin nega envolvimento com nova sigla

Por De São Paulo

O ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), derrotado na eleição presidencial, negou por meio de nota sua participação com políticos para a criação de um novo partido de cunho progressista.

"Esclareço que jamais tomei parte de encontros ou reuniões com tal propósito", disse tucano. Segundo Alckmin, o PSDB, ao lado de outras siglas, oferece "suficiente representação política para a social-democracia".

O ex-governador afirmou que o instante político vivenciado recomenda o fortalecimento da democracia e isso, acrescentou o tucano, não se afigure a partir de novos partidos.

Ouviram do Ipiranga

Por Fernando Limongi

Bolsonaro continua em campanha. Levantamento feito pela Folha de São Paulo mostrou que o ataque ao PT foi o tema dominante de suas entrevistas pós-vitória. Vale a comparação com Dilma que ignorou Aécio e anunciou que sua prioridade seria o combate à corrupção, que não deixaria 'pedra sobre pedra, doesse a quem doesse'. Como se vê, acusá-la de estelionato eleitoral é injusto.

Bolsonaro e seu fiel escudeiro Paulo Guedes parecem não se terem dado conta de que a eleição acabou e que agora lhes cabe a dura tarefa de ser governo. O Czar da economia sugeriu uma 'prensa' no Congresso, demonstrou descaso absoluto pelo orçamento em elaboração e afirmou que contrariar suas ideias seria contribuir com o retorno do PT ao Poder.

Eduardo Bolsonaro, requintado como de costume, afirmou que o próximo presidente da Câmara "tem que ter um perfil trator, porque a gente sabe como vai ser a oposição da esquerda". Contudo, se olhasse os números, o deputado concluiria que a esquerda foi batida nas urnas, que não terá força para barrar projetos do governo, incluindo os que exigirem quórum qualificado.

Moro incorporou-se de corpo e alma ao projeto de Bolsonaro

Até o momento, a despeito da profusão de propostas disponíveis, Guedes não se deu ao trabalho de apresentar detalhes de seu projeto para reformar a previdência. Propôs uma 'prensa' no Congresso por propor, um ato reflexo de quem tem o costume de tratar apenas com subordinados obedientes.

Mas o Czar precisará mudar seus hábitos e costumes para entender que seu posto, com ou sem a chancela Ipiranga, pede que ouça parlamentares eleitos pela sociedade para representá-la, parlamentares tão legitimamente eleitos pelas urnas quanto seu comandante.

De concreto, tudo que se ouviu de Guedes foi que ele teria sido o emissário do convite a Sergio Moro. Ou seja, o folclórico Posto Ipiranga virou uma franquia. Com a adesão de Moro, a equipe de Bolsonaro passou a contar com dois nomes de peso, celebridades com brilho próprio, capazes de ofuscar as notabilidades de aldeia -- Onyx, Bebianno, Malta e outros menos votados-- que cercam o presidente. O choque entre estes corpos de grandeza e órbita distintas é uma questão de tempo, crônica de uma morte anunciada.

O convite e o aceite de Moro dominaram o noticiário da semana. Provavelmente, este foi o mais alto e último ato da campanha de Bolsonaro. O magistrado

incorporou-se, se é que já não o havia feito antes, de corpo e alma ao projeto político do presidente eleito. Na chegada, mostrando sua disposição para jogar para o time, perdoou Onyx Lorenzoni pelas propinas recebidas. Com certeza, o veterinário não será o único a receber o tratamento complacente reservado aos amigos que, imediatamente, deixam de ser brasileiros como os demais. Como declarou Bolsonaro no hospital, a questão central é a ideologia, não a corrupção.

O antipetismo radical e o conservadorismo moralista colocaram o capitão e o magistrado no mesmo barco. Moro não mostrou qualquer dificuldade para apoiar as propostas de Bolsonaro para a área da segurança pública, área em que se dará o verdadeiro combate ao crime organizado. Moro declarou ser favorável à redução da idade penal, ao porte de armas por civis e ao relaxamento do excludente de ilicitude.

Este último item é a mola mestra da proposta de Bolsonaro para a segurança pública. Seu ponto de partida se encontra na declaração do General Heleno, para quem "direitos humanos são para humanos direitos. Essa percepção muitas vezes não tem acontecido. Estamos deixando a desejar no combate à criminalidade". Ou seja, há dois tipos de cidadãos, os direitos e os 'vagabundos' e a aplicação da lei





deve levar em conta esta distinção fundamental. Aceita tal premissa, segue a conclusão de Wilson Witzel: "Também tem de morrer. Está de fuzil? Tem de ser abatido". A visão de Bolsonaro - basta ver suas manifestações sobre a chacina da Candelária - segue a mesma toada.

Guardadas as devidas proporções, estes são os princípios que Moro usou ao privilegiar prisões preventivas como estratégia de combate à corrupção. Se o juiz está convencido do crime, não há porque adiar a execução da pena, pois tudo que resta à defesa é recorrer a chicanas legais para protelar a decretação da prisão. A possibilidade de o juiz formar juízo equivocado e agir de forma arbitrária é desconsiderada. E, no caso da Lava Jato, esta convicção passou a ser compartilhada com a Polícia Federal, como mostram os casos movidos contra as universidades federais de Santa Catarina e Minas Gerais.

Bolsonaro e os governadores eleitos no Rio e São Paulo querem que princípios análogos orientem a ação da polícia no combate à criminalidade. A premissa básica é a mesma: tudo que restaria aos 'vagabundos' seria a protelação da execução de suas penas. A diferença, contudo, é que caberá à autoridade policial fazer o julgamento e definir a pena que, no limite, pode ser a execução sumária. Em uma palavra, 'vagabundos' mereceriam ser tratados como cidadãos de segunda

classe e como tais, na visão de Witzel, passíveis de serem abatidos com "tiros na cabecinha".

Moro classificou esta e outras ideias do presidente eleito e seus aliados como moderadas e razoáveis. Ao fazê-lo, deixou claro que sua adesão ao governo tem raízes profundas, que é um conservador convicto e engajado e que, enquanto tal, defende dotar de poderes excepcionais as autoridades encarregadas de reprimir o crime organizado.

Ou seja, Moro e os conservadores a quem aceitou servir desconsideram a conhecida máxima liberal, aquela que diz que o poder corrompe e que o poder absoluto corrompe de maneira absoluta. A proposta Bolsonaro para a segurança pública, em última análise, dota a autoridade policial de um poder ilimitado. Não há um pingote de razão e moderação neste tipo de proposta. Antes o contrário.

Não é a primeira vez que se ouvem brados vindos do Ipiranga. No de 1822, o conservadorismo autoritário prevaleceu sobre os princípios liberais.

Fernando Limongi é professor do DCP/USP, da EESP-FGV e pesquisador do Cebrap. Escreve às segundas-feiras

E-mail: fplimongi@gmail.com

Falta de articulação com Congresso vira problema para Bolsonaro

Por Raphael Di Cunto | De Brasília



Eduardo Bolsonaro: líder do PSL não participou da reunião de líderes que definiu a votação do projeto Rota 2030.

Empenhado em definir o formato do novo ministério e as primeiras medidas que serão adotadas a partir de 1º de janeiro, o governo de transição vive um vácuo de articulação política no Congresso Nacional e terá que lidar com uma série de propostas que exigirão um esforço fiscal maior no ano que vem, como aumento de salários - inclusive dos próprios parlamentares -, concessão de subsídios e prorrogação de desonerações.

Partido do presidente eleito Jair Bolsonaro, o PSL saiu das urnas como uma das principais forças da próxima legislatura, mas, por enquanto, é apenas nanico, com oito deputados e nenhum senador. O partido não tem estrutura de liderança, com uma equipe técnica no Legislativo capaz de avaliar os

projetos, nem força para barrá-los em plenário.

Bolsonaro e o governo de transição sequer têm tentado negociar as propostas no Congresso. A primeira reunião do eleito com os presidentes da Câmara e Senado estava prevista para amanhã, mas foi cancelada. Na semana passada, embora o presidente eleito tenha pregado contra a concessão de subsídios durante a campanha e sua equipe econômica discordasse da medida provisória (MP) do Rota 2030, nova política de incentivos tributários para a indústria automotiva, Câmara e Senado votaram o texto sem contestações.

O Rota 2030 custará R\$ 2,1 bilhões em renúncia de receita em 2019. O líder do PSL na Câmara, Eduardo Bolsonaro (SP), deixou de participar da reunião de líderes em que foi definida a votação dessa proposta para almoçar com seu pai e com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele enviou de última hora para a reunião o deputado Marcelo Álvaro (PSL-MG), que disse não estava acompanhando.

Durante as mais de oito horas de debates em plenário, o PSL só declarou seu voto quando o deputado delegado Waldir (PSL-GO) queria rebater os petistas. "Eu só orientei [o voto] para poder usar o tempo para atacar o PT. Não

recebemos nenhuma orientação do Paulo Guedes", disse Waldir ao Valor. "Somos o braço político, a gente vota contra ou a favor dependendo da orientação da equipe econômica, mas não tivemos reunião para discutir a pauta", afirmou.

Os senadores aprovaram mudanças no setor elétrico sem qualquer palavra do governo eleito. O texto seguiu para a Câmara. Bolsonaro criticou, pela imprensa, a possibilidade de que o Senado aprovasse o aumento de 16% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas não fez nenhuma ligação ou reunião com seus aliados ou o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para tentar evitar a votação. Nos bastidores já são fortes as conversas para estender o reajuste aos deputados e senadores também.

A Câmara discutirá hoje um projeto que está alinhado ao programa de governo do eleito, de ampliar as privatizações: a MP que muda o marco legal do saneamento básico e estimula que empresas privadas assumam o serviço no lugar de estatais. Um integrante do governo diz que Bolsonaro mostrou simpatia pela proposta, mas não mexeu um dedo para ajudar a votar a MP - que perde a validade se não for aprovada até amanhã.





Os deputados aprovaram, por unanimidade, regime de urgência para o projeto que inclui novas categorias profissionais dentro do Simples, o que aumentará a renúncia de receita desse regime tributário, e tentam votar, direto em plenário, a prorrogação de uma desoneração de mais de R\$ 6 bilhões no Imposto de Renda (IR) para as empresas que investirem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outro projeto importante para as contas públicas é a venda da cessão onerosa dos campos de pré-sal. O governo Temer pretendia fazer o leilão ainda este ano, para que os recursos entrassem nos cofres da União já no ano que vem, mas até agora não há nenhuma articulação do eleito para que o texto avance no Senado. O projeto que muda a tributação dos fundos de investimentos exclusivos, e renderia R\$ 10 bilhões no próximo ano, é outro parado nas gavetas do Congresso.

Enfraquecido, o governo Temer já tirou o pé das articulações políticas e têm esperado que o governo eleito assuma as conversas pela aprovação de projetos. O líder do Executivo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), mal tem participado das sessões de plenário. A comissão que analisa a MP que cancela o reajuste dos servidores públicos mal conseguiu iniciar a eleição de seu presidente e já foi adiada.

O mundo olha os passos de Bolsonaro na questão do clima

O presidente eleito Jair Bolsonaro e seus filhos têm usado com frequência as redes sociais para colocar em dúvida o real tamanho das mudanças climáticas e suas causas. "O aquecimento global proporciona o dia mais frio do ano no Rio de Janeiro!", pareceu espantar-se o vereador carioca Carlos Bolsonaro, em uma mensagem no dia 17 de julho, como se o normal fossem picos de calor no auge do inverno. Reeleito com votação histórica, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ) usou um vídeo em janeiro para demonstrar, em meio à neve, diretamente de "um lugar nos EUA tão distante da linha do Equador quanto Buenos Aires", ceticismo igual ao do irmão, ignorando que a altitude corrige a latitude. (Há outros fatores, como a exigência de umidade e temperatura abaixo de zero nas várias camadas de ar, inclusive nas proximidades do solo, para evitar que partículas de gelo derretam ao longo da queda, tornando nevascas menos prováveis em grandes cidades do que em áreas fora das bolhas de calor urbanas).

Agora Bolsonaro precisará encarar a questão do clima levando mais em conta evidências científicas do que suas idiosincrasias. Ele já mostrou que pode mudar de opinião sobre um assunto tão importante como abandonar o Acordo de Paris, intenção da qual felizmente recuou. Quando falamos do frio que faz, nos referimos ao tempo, que pode flutuar de maneira independente das tendências de longo prazo. Clima designa os padrões de comportamento da atmosfera e dos oceanos, na escala de décadas, séculos, milênios.

É sobre esse último ponto que os cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) têm algo a dizer. Em outubro, no dia seguinte ao primeiro turno das eleições no Brasil, eles fizeram um alerta em tom apocalíptico: a humanidade tem mais 12 anos para

limitar o aumento da temperatura a 1,5° C sobre os níveis pré-industriais. Doze anos. Para isso, é preciso alcançar, em 2030, uma redução de 45% das emissões de gases do efeito estufa na comparação com 2010 (base de referência do Acordo de Paris). Não atingir a meta significa elevar a temperatura do planeta em 2° C até o fim do século. Meio grau a mais multiplicaria os riscos de secas prolongadas, grandes inundações, calor extremo e pobreza.

O presidente eleito precisa se ater a fatos: não houve, nos bastidores da COP-21, qualquer conversa no sentido de criar a "AAA", suposto corredor de 136 milhões de hectares sob jurisdição internacional que começaria nos Andes, passaria pela Amazônia e terminaria no Atlântico, como o então candidato do PSL dizia durante a campanha. A ideia até chegou a ser lançada por um antropólogo que preside organização com sede na Colômbia, mas jamais foi objeto de debate sério entre governos, nem na ONU.

Caberá ao presidente manter o protagonismo brasileiro na questão ambiental, pelo qual obteve voz influente e atuação decisiva nas conferências do clima. Trata-se, ao fazer isso, afora cooperar com outras nações para que a ameaça do aquecimento seja contida, de proteger também sua política comercial. Emmanuel Macron, presidente da França, por exemplo, já deu um recado claro: bloqueará acordos de livre comércio da União Europeia, como o que se negocia entre UE e Mercosul, com parceiros que abandonem o Acordo de Paris.

Sem levar em conta ainda os motivos no campo da política externa e da política comercial, empenhar-se no combate ao desmatamento (principal fonte de emissões





no Brasil) é crucial por razões internas. As recentes crises hídricas em São Paulo e em Brasília, por exemplo, são advertências de que a perda de cobertura vegetal na Amazônia já tem reflexos nas chuvas de outras regiões do país - essas, sim, localizadas na mesma latitude de desertos africanos e que só escapam da estiagem constante graças aos "rios voadores".

Na campanha, Bolsonaro desistiu de cometer outro grave erro, o de fundir o Ministério do Meio Ambiente com a Agricultura. Ele precisa dar demonstração de firmeza logo no início do mandato, pois o desmatamento da Amazônia voltou a crescer com força no trimestre encerrado em outubro, segundo o Inpe.

Bolsonaro tem a responsabilidade de coibir o enfrentamento ao Ibama por agricultores e madeireiros nas regiões de fronteira agrícola, e pedir para isso a ajuda de governadores - dois deles eleitos pelo seu partido, o PSL, em Roraima e Rondônia. Boa parte dos agricultores, e sua franja mais moderna, o defenderão nesta luta, pois desastres climáticos arruinarão seus negócios - e infernizarão a vida dos cidadãos brasileiros.